

# Pensamentos sobre o Estado-Nação

Assim sendo, como combinar a força e a justiça,  
e evitar que a justiça degenera em disputa?

TRADUÇÃO **Maria Cortesão Monteiro**



POR  
**Anthony  
O'Hear**

Director, *Royal Institute  
of Philosophy*; editor,  
*Philosophy*, Londres

**V**ivemos num mundo imperfeito; ou, para ser mais preciso, somos seres imperfeitos. Como escreve Hans Sachs, no seu grande monólogo acerca do *Die Meistersinger* de Wagner, ao longo da história e em todos os tempos 'as pessoas atormentam-se e esfolam-se mutuamente numa raiva inútil insensata, até sangrarem...levados a fugir, cada um pensa estar a caçar; se não ouve a sua própria dor ao escavar a sua própria carne, pensa que está a dar prazer a si próprio...' Ao olhar para o mundo em 2018, é difícil de sustentar que o tormento e o esfolar mútuo não são traços inerradicáveis do comportamento e da vida humana. Ao longo da história:

não nos encontramos subitamente numa era em que a natureza humana é muito diferente daquilo que tem sido. Podem ser apontadas melhorias, certamente, mas muito recentemente, em Junho de 2018, o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados apontou que há actualmente mais refugiados e pessoas deslocadas por razões predominantemente políticas/militares do que alguma vez na história (cerca de 68.5 milhões).

É verdade, temos outras qualidades, mais angélicas, mas nunca podemos negar a raiva e pior que isso que existe nos nossos corações. Belas palavras e altos ideais, religiosos ou outros, podem esconder o demónio interior, até o nosso próprio demónio interior, mas em cada um de nós, a menos que sejamos santos (e talvez até mesmo que sejamos santos), a parte negativa em nós encontrará demasiadas vezes outra maneira de se manifestar. A vontade de poder moralizante, tão bem distorcida por Nietzsche, é tão prevalente (em cada um de nós?), como é o potencial para pura agressão. A experiência real de 'paz e amor' da geração dos anos 60, transformou-se numa mensagem mais desanimadora, mais realista de 'nunca confiar num hippy'.

No entanto, seja qual for a verdade sombria da natureza humana, pecado original se assim o quiser, também é

verdade que houve eras e lugares em que o esfolar e o atormentar diminuíram, e a vida foi mais pacífica, ordeira e agradável. A maioria de nós aqui presentes beneficiam de viver em tais condições, o que torna ainda mais imperativo que compreendamos e mantenhamos as condições que fazem com que tal modo de vida seja possível.

A um nível mais básico, Pascal tem razão quando diz que justiça sem força é uma contradição, porque há sempre

66

**Escolha não pode  
projectar a simpatia  
e a lealdade  
necessárias  
para unir uma  
população, para  
encontrar o sentido  
tácito de pertença**



**Na verdade, ideais universalistas de direitos individuais e o resto floresceram mais notoriamente em estados-nação ocidentais, todos dedicados à preservação da vida, liberdade e propriedade, mas dentro de contextos e tradições históricas e éticas distintas**

peças más, mas que força sem justiça é uma acusação, pelo que as duas devem estar unidas. No entanto, ele continua o argumento dizendo que, enquanto que não se pode discutir com a força, a justiça está sempre aberta a discussão. (*Pensees*, 135). Assim sendo, como combinar a força e a justiça, e evitar que a justiça degenera em disputa?

A minha proposta é que, usando as palavras de J.S.Mill, que por sua vez ecoam as de John Jay no *Federalista* n. 2, a força com justiça é melhor assegurada quando existem, entre habitantes de uma terra, ‘simpatias comuns’ que ‘não existem entre eles e mais ninguém’, e que se baseiam na ‘identidade de antecedentes políticos; a posse de uma história nacional e a consequente comunidade de recordações; orgulho e humilhação colectiva, prazer e arrependimento ligados aos mesmos incidentes no passado’ – noutras palavras, no interior de um estado-nação estável (Ver J.S. Mill, *Utilitarianism, on Liberty and Representative Government*, ed G.Williams,

Everyman, London, 1993, p 391).

Ao dizer isto, coloco-me conscientemente em oposição a Locke e Kant, figuras dominantes da filosofia política. Locke e os seus sucessores depositarão a justiça de uma ordem política em contrato e escolha, real ou imaginada. Mas a escolha não pode projectar a simpatia e a lealdade necessárias para unir uma população, para encontrar o sentido tácito de pertença que torna tolerável a força necessária para pôr em prática a justiça, ou para manter o acordo indiscutido em termos de julgamento e sensibilidade que torna possíveis discussão explícita e contrato. Wittgenstein, cujo pensamento estou agora a ecoar, fala do acordo ‘não em termos de opiniões, mas em forma de vida’. (*Philosophical Investigations*, 1.241) Um acordo acerca de forma de vida torna-se cada vez mais problemático, tendo em conta que a grande vaga de filósofos e legisladores contemporâneos não nos deixa fazer outra coisa que não recorrer a princípios racionais abstractos.



Kant acrescenta à noção lockeana de contratualistas racionais que fundam uma constituição, um cosmopolitismo inveterado e um desagrado do estado-nação. Na *Paz Perpétua* ele afirma que os estados-nação devem ‘renunciar à sua liberdade selvagem e sem lei, adaptar-se às leis públicas coercivas e, portanto, formar o *estado internacional*, que iria necessariamente continuar a crescer até abarcar todas as pessoas da terra.’ (Ver *Kant’s Political Writings*, ed H. Reiss, Cambridge University Press, 1970, p 105.)

A visão de Kant – que está em parte incorporada em organizações transnacionais como a UE, o Banco Mundial, o FMI e em agências das Nações Unidas, e nos seus apoiantes na política e na academia – é em parte inspirada por uma sensação de que os estados-nação (bárbaros, grosseiros e brutos na sua mentalidade, de acordo com Kant) irão sempre envolver-se em guerras e conflitos uns com os outros. É também racionalista no sentido em que o estado internacional que ele defende será formado de raiz através de acordo entre os seus membros (estados-nação, presumivelmente) acerca de princípios *a priori*. Os modelos aqui podem ser a UE e as Nações Unidas, embora em teoria nenhuma destas organizações esteja de facto dedicada em erradicar costumes e fronteiras nacionais. (Em teoria: há, claro, uma dinâmica constante na UE para ‘uma união cada vez maior’, retórica pervasiva sobre ‘andar para a frente’ que não é apenas retórica: a moeda única e a remoção das fronteiras dentro da UE são grandes passos na direcção do ideal federalista).

Os estados-nação, pelo contrário, tendem a ter emergido de lealdades e sentidos de comunidade pré-existentes, e muitas vezes se desenvolveram de forma gradual quasi-empírica, reagindo a mudanças de condições e circunstâncias conforme o necessário. Claro, nem todos os estados assim são bem-sucedidos, ou até desejáveis para pessoas que estejam de fora de alguma maneira. Alguns são sem dúvida censuráveis de todas as maneiras, mesmo para as pessoas que deles fazem parte. Mas onde eles de facto funcionam são, como é o caso das democracias anglo-americana e da Europa ocidental, dos países mais estáveis e prósperos que o mundo já conheceu, sendo também países em que internamente há algum equilíbrio entre força e justiça, e em que

o pior da natureza humana é moderado e controlado.

Seria também difícil argumentar com base nos exemplos de hoje que os estados-nação são inerentemente agressivos, e aqui podemos fazer uma distinção entre impérios e estados-nação. Alguns estados-nação tiveram passados militaristas e alguns tiveram ambições e histórias imperialistas – como por



**Na disputa entre nacionalismo e internacionalismo, temos um ramo da tensão clássica entre empirismo e racionalismo; e também entre o melhor de acordo com as circunstâncias e o melhor em absoluto**

exemplo a França de Napoleão, a Grã-Bretanha particularmente no século XIX, a Alemanha de Hitler, enquanto que outras nações viram suprimida a sua soberania e ficaram sob o governo de uma nação. Neste último ponto é importante notar que tanto Burke como Mill – defensores da nação britânica – foram críticos do império britânico, que viam como tentando exercer controlo sobre povos distantes, acerca dos quais as pessoas na Grã-Bretanha tinham pouco conhecimento ou simpatia. Para que fique registado, Burke defendeu os direitos dos irlandeses contra o domínio inglês, os revolucionários americanos

contra a Coroa britânica e foi fulgurante nas suas objecções ao aventurismo de Warren Hasting na Índia.

É também verdade que, nas circunstâncias certas, nações estabelecidas frequentemente existem em paz com outras nações. O nacionalismo também não é incompatível com a partilha de ideais universais de direitos e liberdades básicos, e aqui precisamos de distinguir entre universalismo (um ideal ético-político que pode ser partilhado por diferentes povos numa variedade de circunstâncias e ser implementado no interior de fronteiras nacionais) e cosmopolitismo (o projecto político defendido por Kant, de eliminação das fronteiras e diferenças nacionais). Na verdade, ideais universalistas de direitos individuais e afins floresceram mais notoriamente em estados-nação ocidentais, todos dedicados à preservação da vida, liberdade e propriedade mas dentro de contextos e tradições históricas e éticas distintas.

Na disputa entre nacionalismo e internacionalismo, temos um ramo da tensão clássica entre racionalismo e empirismo; e também entre aquilo que é o melhor de acordo com as circunstâncias e o melhor em absoluto. Neste último caso, onde aquilo que funciona razoavelmente bem em algumas circunstâncias e até um certo ponto, é comprometido ou substituído por um novo estado de coisas, supostamente muito melhor, por mais que não experimentado. Este novo putativo melhor não está baseado em experiência e não exige lealdade ou afeição. O cosmopolitismo é inerentemente imperialista, eliminando o sentimento e costume nacional em nome de uma visão perfeccionista fria, motivada apenas pela dureza desumana daquilo a que Jurgen Habermas, um dos seus defensores, chama ‘patriotismo constitucional’.

**NOTA.** Estes pensamentos foram uma breve resposta a ‘Em Defesa de um Patriotismo Razoável’ de William Galston, a sua Dahrendorf Memorial Lecture, ambos proferidos no Estoril Political Forum 2018. Neles eu debrucei-me na palestra de Galston e também em Yoram Hazony, em *The Virtue of Nationalism*, New York: Basic Books, 2018.

**Nota de tradutor:** as notações acerca de obras e páginas que por vezes, ao longo do texto, se encontram entre parêntesis fazem parte do texto original de Anthony O’Hear. ■